HISTÓRIA INTERNACIONAL

Anne Marie Le Gloannec (ed.),
Non-State Actors in International Relations: The Case of Germany
Manchester, Manchester University Press, 2007, 203 pp.

O objectivo central deste livro é a análise do papel dos actores não estatais alemães e a sua interacção com o seu Estado no âmbito das relações externas da Alemanha. A escolha da Alemanha para objecto deste conjunto de trabalhos prende-se com o facto de ser um dos principais países onde os actores não estatais, ou transnacionais, estão fortemente enraizados e onde a sua relação com o Estado e o poder é principalmente de colaboração – e não tanto de competição ou conflito. Composta por nove capítulos sobre *case studies* particulares, esta obra tem o mérito de trazer novas perspectivas aos estudos sobre a política externa alemã, especial-

mente no período pós-unificação. O primeiro capítulo, da autoria de Lily Gardner Feldman, compara a actuação de diferentes actores não estatais em quatro países-chave das relações externas da Alemanha: Israel, Polónia, República Checa e França. Os dois capítulos seguintes são dedicados à actuação das fundações políticas alemãs em dois cenários distintos: o papel da Fundação Konrad Adenauer na democratização mexicana das últimas décadas do século XX (por Soledad Loaeza) e o papel das fundações políticas na Europa Central (particularmente na Polónia e na Estónia), da autoria conjunta de Dorota Dakowska e Elsa Tulmets. Estes dois capítulos reflectem a ideia de *unintentional power* da Alemanha, quando os seus actores transnacionais são o veículo para a exportação de ideias e modelos. Numa abordagem original, Gilles Lepesant analisa como a passagem das fronteiras orientais da União Europeia da Alemanha para a Polónia reflectiu uma transferência das práticas de controlo fronteiriço através da cooperação entre actores estatais e não estatais destes dois países. Os capítulos de Tanja Börzel e de Charlie Jeffrey abordam o papel dos estados federais alemães, os *Länder*, no papel das relações transnacionais no âmbito alargado da União Europeia. Por fim, os últimos capítulos focam o papel dos actores não estatais na cooperação económica alemã com a Europa de Leste, nomeadamente no que toca à indústria nuclear alemã (de Sabinne Saurugger), à importância das multinacionais alemãs para o estabelecimento de regulamentos laborais (Karina Bluhm), ou o impacto da regionalização económica (da autoria de Fabienne Boudier-Bensebaa).

Esta obra transmite acima de tudo a ideia de que os actores não estatais alemães são uma das principais bases para a construção do prestígio internacional da Alemanha, que lhes será muito útil caso a sua política externa oficial encontre alguns problemas. A presença de organizações não estatais funciona como «facilitadora» para a posterior penetração alemã.

Fritz Stern, *Five Germanys I Have Known*

Nova York, Farrar, Straus and Giroux, 2007, 520 pp.

Fritz Stern, historiador americano nascido na Alemanha, conta, neste livro, a história da sua vida. Porém, seria redutor descrever esta obra como uma mera autobiografia. Acima de tudo, o que Stern faz magistralmente é contar a história da Alemanha e da Europa Ocidental, desde finais do século XIX até aos nossos dias. Aliando às suas riquíssimas experiências de vida a sua capacidade de análise da História, este é um livro que nos transmite uma versão do século XX impressionante.

Tendo como base a correspondência de familiares, nomeadamente dos seus pais, Stern recua até à «Alemanha Ancestral» para ilustrar o espírito alemão nos últimos anos do século XIX até ao final da I Guerra Mundial. Através desta correspondência, ficamos a conhecer alguns aspectos mais mundanos da vida alemã das décadas de 1900 e 1910, mas também percebemos o espírito que guiava os alemães durante a

I Guerra. A segunda Alemanha de Stern é «Weimar». Pelas experiências de seu pai, veterano de guerra, compreendemos as dificuldades trazidas pela derrota de 1918 e o impacto na geração de alemães que a combateram. As revoltas sociais de 1919 e as alterações sociais e de mentalidades vividas neste período são-nos contadas pelas experiências pessoais da vida dos seus pais e do seu círculo de amigos, que incluía Fritz Habber ou Albert Einstein, mas sempre bem enquadradas e enriquecidas pelo amplo conhecimento histórico do autor. O «Terceiro Reich», a terceira Alemanha de Stern, é talvez um dos capítulos mais marcantes do livro, especialmente pelas origens judaicas da sua família e amigos, que naturalmente sofreram com o anti-semitismo nacional-socialista. Não obstante, Fritz Stern faz uma descrição da Alemanha Nazi que consegue transmitir claramente a evolução do regime nacional-socialista e os sentimentos vividos pela sociedade alemã. O escalar do anti-semitismo nazi obrigou a família Stern a emigrar para os Estados Unidos, em 1938, de onde Stern observou o «terror à distância». A quarta Alemanha é a da Guerra Fria. Melhor dizendo, são as duas *Alemanhas* da Guerra Fria, que Stern conheceu já numa posição diferente, agora como professor universitário de Columbia. As suas deslocações para investigação ou para conferências fizeram que tivesse uma perspectiva diferente das realidades vividas quer na República Federal, quer na República Democrática Alemã. Também aqui as vivências pessoais do autor são enriquecidas pelo seu conhecimento e análise dos factos. Obviamente, a última Alemanha é a Alemanha pós-unificação, que Stern apresenta como uma «segunda oportunidade», para a própria Alemanha e para o Mundo.

Anthony Read, *The World on Fire. 1919 and the Battle with Bolshevism*
Londres, Jonathan Cape, 2008, 379 pp.

Anthony Read, mais conhecido pelas suas obras sobre a II Guerra Mundial (*The Fall of Berlin*) ou a elite nacional-socialista (*The Devil's Disciples*), envereda com este livro pelo imediato pós-I Guerra, mais precisamente pelo ano de 1919. A Revolução de Outubro de 1917 e a chegada ao poder do bolchevismo na Rússia, aliada ao final da guerra e à desmobilização de milhares de soldados, trouxe inquietação e conflitos a toda a Europa. De facto, nenhum dos governos que estava no poder antes da I Guerra Mundial se manteve depois do Tratado de Versalhes. Os três impérios europeus – Otomano, Austro-Húngaro e Habsburgo – desfizeram-se, dando origem a novos estados, concorrentes entre si.
Os conflitos sociais alastraram por toda a Europa Central, especialmente na Alemanha e na Hungria. Também nos Estados Unidos a «ameaça vermelha» foi temida e combatida, nomeadamente através da repressão violenta de manifestações de trabalhadores e pela perseguição e deportação de imigrantes do Leste europeu. Mas o próprio termo «bolchevismo» era algo de indefinido, muitas vezes mesmo para os que se autodenominavam próximos do bolchevismo, o que se tor-

nou evidente para aqueles que o pretendiam combater. Assim, facilmente se generalizou o termo como aplicável a qualquer manifestação, greve ou motim, mais ou menos próxima da esquerda e dos ideais comunistas. Estes deveriam ser violentamente esmagados, o que abriu as portas para movimentos reaccionários de extrema-direita, que surgiram igualmente por todo a Europa e EUA (como exemplos referimos o Freikorps da Alemanha ou os Fascistas italianos, entre outros).

Read procura neste livro ilustrar a actuação ocidental perante os acontecimentos do ano de 1919, em que as revoltas sociais foram constantes e generalizadas. Acima de tudo, analisa a luta encetada contra o bolchevismo, provocada muitas vezes apenas pelo medo da sua proximidade. Poucos foram os países europeus que ficaram a salvo destes acontecimentos. O autor faz uma descrição rica e detalhada dos principais acontecimentos, como por exemplo a chegada ao poder de Bela Kun na Hungria ou o golpe de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht em Berlim, especialmente se tivermos em conta o amplo raio geográfico e a curta baliza temporal em que centra a sua narrativa – abrangendo praticamente toda a Europa, a Rússia e os Estados Unidos, entre 1919 e 1920. Porém, parece que o verdadeiro alcance destas revoltas e contra-revoltas fica por esclarecer. Para além da descrição dos acontecimentos seriam necessárias e desejáveis algumas reflexões sobre as suas consequências a curto e médio prazo, nomeadamente nas lições aprendidas relativamente à contenção da «ameaça vermelha».

Lawrence S. Kaplan, *NATO 1948. The Birth of the Transatlantic Alliance*
Nova York, Rowman & Littlefield Publishers, 2007, 273 pp.

Lawrence S. Kaplan, um dos principais especialistas da história da Aliança Atlântica, foca, neste livro, os debates que estiveram na origem do Tratado do Atlântico Norte quer do lado europeu, quer do lado norte-americano. Na base deste trabalho está o facto de o comprometimento americano em defender a Europa Ocidental representar uma ruptura com cento e cinquenta anos de isolacionismo. Na verdade, de acordo com Kaplan, desde 1800 que os EUA não admitiam uma aliança formal com países do «Velho Continente». Pois em 1949, Washington estava disposta a estabelecer uma aliança formal com dez países europeus e o Tratado do Atlântico Norte foi assinado a 4 de Abril.

Porém, o livro foca-se especialmente no caminho difícil e dramático que o processo de negociação atravessou, especialmente pelas dificuldades sentidas para conciliar todas as preocupações dos futuros aliados. Se, por um lado, europeus e americanos concordavam na necessidade de combater a ameaça comunista e compreendiam a importância vital de uma união entre os EUA e uma Europa Ocidental coesa, elas diferiam substancialmente nos meios para alcançar estes fins. Kaplan aborda essencialmente o lado americano e como a Administração conseguiu ultrapassar os seus problemas domésticos. O Presidente Harry S. Truman precisou de convencer o Congresso de que as intenções europeias de se unir eram sinceras, mas precisou

também de contrariar os receios de alguns grupos internos, como os militares, que receavam que a defesa da Europa iria levar a gastos desnecessários, ou os defensores da ONU, que receavam que uma aliança militar iria subverter o espírito que guiava a Carta das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, o Presidente precisou de convencer os europeus que o abandono das divergências entre eles (o antagonismo entre ingleses e franceses, por exemplo) e a necessidade de incluir a Alemanha nesta Aliança iria levar à recuperação política e económica, tão necessária depois da II Guerra Mundial.

Partindo de uma abordagem cronológica, o livro analisa os momentos-chave que levaram até à assinatura do tratado. Porém, Kaplan não consegue evitar uma reflexão sobre o papel reservado à Aliança Atlântica no mundo pós-Guerra Fria, em que a União Soviética e o Pacto de Varsóvia já não existem e em que o comunismo não representa já uma ameaça para o Ocidente. Para tal, o autor faz uma avaliação dos quase sessenta anos da organização, apenas para concluir que a Aliança está para durar, desde que EUA e europeus consigam adaptar-se aos novos desafios.

■ **ANA MÓNICA FONSECA**